

Vitória (ES), Terça-feira, 16 de Junho de 2015.

04) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 19/01/2015 com o (a) servidor (a) **Marco Antônio Fraga**, Auxiliar em Desenvolvimento Rural/INCAPER, nº funcional 3565947-1, conforme processo nº 69211132, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

05) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 25/02/2015 com o (a) servidor (a) **Maria de Fátima Rangel Henrique**, Técnico em Desenvolvimento Agropecuário/IDAF, nº funcional 2948125-2, conforme processo nº 69564647, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

06) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 18/04/2015 com o (a) servidor (a) **Maria Natividade Pereira Pimentel**, Auxiliar de Serviços Gerais/SESA, nº funcional 1566580-52, conforme processo nº 70283060, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

07) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 10/11/2014 com o (a) servidor (a) **Michele Toniato Rodrigues**, Professora/SEDU, nº funcional 515272-2, conforme processo nº 68410590, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

08) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 14/12/2014 com o (a) servidor (a) **Moacir Nascimento dos Santos**, Investigador de Polícia/Polícia Civil,

nº funcional 845556-2, conforme processo nº 68829809, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

09) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 24/11/2014 com o (a) servidor (a) **Priscila Margon Bada**, Fisioterapeuta/SESA, nº funcional 3604691-1, conforme processo nº 68597363, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

10) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 26/02/2015 com o (a) servidor (a) **Rosiléia Aparecida Rodrigues Pinheiro Santos**, Coordenadora/SEDU, nº funcional 298429-51, conforme processo nº 69614580, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

11) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 19/02/2015 com o (a) servidor (a) **Rosely Maria de Oliveira da Silva**, Auxiliar de Enfermagem/SESA, nº funcional 1569368-52, conforme processo nº 69484651, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

12) Caracterizar como acidente em serviço o ocorrido em 19/01/2015 com o (a) servidor (a) **Rosenilto Traspadini da Silva**, Auxiliar em Desenvolvimento Rural/INCAPER, nº funcional 3580229-1, conforme processo nº 69211272, deferido com retificação do art. 129 para o art. 133 da Lei Complementar nº 46/94.

Protocolo 158858

Procuradoria Geral do Estado - PGE -

Publicação isenta de remuneração, na forma do que estabelece o art. 1º da Lei Nº 3.474/82.

Resolução CPGE Nº. 275, de 12 de junho de 2015

Regulamenta a apuração dos honorários advocatícios - alcançadas pelo REFIS ESTADUAL DO ANO DE 2015 - devidos aos Procuradores do Estado do Espírito Santo nos casos de dívida fiscal estadual (débitos tributários e não tributários) inscrita em dívida ativa.

Art. 1º. Os honorários advocatícios serão apurados à razão de 2% (dois por cento) a 7% (sete por cento) sobre o valor total da dívida fiscal estadual (débitos tributários e não tributários) inscrita em dívida ativa, após as deduções legais estabelecidas na legislação de regência do REFIS ESTADUAL DO ANO DE 2015, conforme os parâmetros abaixo:

PARA PAGAMENTO À VISTA:

TOTAL DA DÍVIDA ATIVA (em VRTE)	HONORÁRIOS
Acima de 50.000 VRTEs	4%
Até e igual a 50.000 VRTEs	2%

PARA PAGAMENTO PARCELADO:

TOTAL DA DÍVIDA ATIVA (em VRTE)	HONORÁRIOS	PARCELAMENTO
Acima de 100.000 VRTEs	7%	ATÉ 48 PARCELAS
Acima de 50.000 até e igual a 100.000 VRTEs	5%	ATÉ 48 PARCELAS
Até e igual a 50.000 VRTEs	3%	ATÉ 48 PARCELAS

§ 1º. Fica autorizado o parcelamento dos honorários advocatícios em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, nos percentuais indicados na tabela acima, observado o valor mínimo da parcela mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º. Nos casos de parcelamento de dívida ativa de até e igual a 50.000 VRTEs, fica autorizado o parcelamento dos honorários advocatícios no prazo indicado no parágrafo anterior, observado o valor mínimo da parcela mensal de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

§ 3º. Caso o devedor não efetue o pagamento de qualquer das parcelas dos honorários advocatícios no prazo fixado, sua inadimplência importará no vencimento antecipado das parcelas remanescentes dos honorários advocatícios, sem prejuízo de ser levado a protesto extrajudicial no cartório competente o instrumento de confissão de dívida ou o título executivo judicial ou extrajudicial; ter rescindido o seu benefício fiscal de parcelamento da dívida fiscal, bem como do pagamento de multa fixada no valor de 20% (vinte por cento) sobre o saldo remanescente, além de atualização monetária e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ressalvada a possibilidade de concessão de mora em caso de inadimplemento inferior a 90 (noventa) dias.

§ 4º. Os honorários advocatícios devidos aos Procuradores do Estado, na forma desta Resolução, serão obrigatoriamente recolhidos em conta mantida pela APES para tal fim, podendo ser feito por meio de boleto bancário.

Art. 3º. A presente Resolução se aplica exclusivamente ao REFIS ESTADUAL DO ANO DE 2015, não alterando o regulamento e os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 256/2012 quanto ao rateio dos honorários advocatícios entre os procuradores do Estado e demais regramentos que não colidam com a presente Resolução.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO RABELLO VIEIRA

Procurador Geral do Estado do Espírito Santo

Protocolo 158931

PORTARIA Nº 045-S, de 15 de junho de 2015.

DESIGNAR, o Procurador do Estado **Dr. Eliezer Lins Sant'Anna**, para substituir **Dr. Luiz Henrique Miguel Pavan**, na Subprocuradoria Geral para Assuntos Administrativos - SPGA, no período compreendido entre 16/06 a 28/06/2015, por motivo de férias.

O.S. nº 226 -S, de 15 de junho de 2015.

CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao exercício de 2015, ao Procurador do Estado **Luiz Henrique Miguel Pavan**, a partir de 16/06/2015.

Vitória, 15 de junho de 2015.

RODRIGO RABELLO VIEIRA

Procurador Geral do Estado

Protocolo 158830

Você também vai querer conhecer!

Novo site do DIO/ES. Mais acessibilidade, facilidade e modernidade para você.

Acesse: www.dio.es.gov.br

Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo. Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 2375 - Bento Ferreira - Vitória/ES - CEP: 29050-625 | Telefone: 37 3636.6929

IMPRESA
OFICIAL/ES